

A construção do discurso sobre a Reforma Política nos editoriais dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* durante o Governo Lula I e II

Merilyn Escobar de Oliveira¹

e-mail: merilynescobar@uol.com.br

Lilian Carla Muneiro²

e-mail: lilianmuneiro@gmail.com

Resumo: As propostas de mudanças das regras eleitorais de nosso país são frequentes no discurso da opinião pública, por diversos motivos: fragmentação partidária, falta de representatividade, a personalização das campanhas, migração partidária, problemas no financiamento partidário, crise de governabilidade, entre outras questões. O presente texto investiga a construção do discurso político impresso nos editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S.Paulo* sobre a reforma política durante o Governo Lula I e II (2003-2010). Pretende-se compreender de que forma a reforma política ganhou espaço e visibilidade na agenda de dois grandes veículos de circulação nacional. O método empregado para entender a construção do discurso político se apoia na teoria de análise de discurso elaborada por Patrick Charaudeau, recorreremos também a hipótese da agenda-setting e o enquadramento de temas e atores políticos, para reconstruir o discurso e o contexto sócio-histórico do debate acerca das relações de disputa de poder e de projeto político para o Brasil.

Palavras-chave: Reforma Política, Sistema Político, Partido dos Trabalhadores, Comunicação Política, Imaginários.

¹ Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora da Universidade Paulista – UNIP, bolsista Capes e pesquisadora do NEAMP.

² Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Introdução

A compreensão da relação entre mídia e política passou a ter centralidade para o entendimento do jogo político nas sociedades contemporâneas, uma vez que, passaram a ser os provedores de informação no processo político democrático, colocam-se como o espaço de visibilidade e debates, disponibilizam “formadores de opinião” com autoridade sobre determinados assuntos, e assumem papel importante no agendamento de temas, selecionando e hierarquizando sobre quais temas merecem ganhar destaque nos comentários cotidianos, como o tema da reforma política e o debate sobre o sistema político-partidário no Brasil.

A classificação do texto editorial como gênero opinativo acaba sendo uma estratégia de comunicação para que jornalistas/veículos abordem temas considerados fundamentais para o interesse nacional, a vida política e democrática de uma nação. Podemos, a partir desta reflexão, entender que os movimentos de opinião podem pressupor um acordo prévio com o leitor, ou seja, o jornal se apresenta dentro de uma expectativa de leitura. Pierre Bourdieu (2007), há tempos, já nos alertava quanto a presença da “mentalidade-índice-audiência”³ nas redações.

As estratégias comunicacionais definem de que forma os elementos da realidade serão levados ao público. A estrutura do texto do editorial segue uma argumentação clara e objetiva voltada para o convencimento de que aquele tema ali presente é relevante para a sociedade e para o agendamento dos discursos em outros veículos.

O tom polêmico, crítico e provocativo compõem o posicionamento do jornal, além de constituir a visão de mundo que será compartilhada pelos leitores. Estratégia comumente adotada é a referência ao mundo de representações do qual fazemos parte, sendo recorrente o uso das metáforas, jogo de palavras, frases cotidianas, provérbios que acabam por estruturar pontos de vista, posicionamentos, opiniões, crenças e valores vigentes na sociedade. Sendo assim, os textos dos editoriais formalizam uma opinião e um posicionamento daquele veículo em relação a um assunto.

A opinião no jornalismo é fundamental para entendermos a atuação dos meios de comunicação no processo de formação da opinião pública. Por outro lado, o resgate histórico sobre a origem destes veículos e seu papel em importantes momentos políticos do nosso país nos revelam que os dois grandes jornais de abrangência nacional, a Folha e o Estadão, não só se

³ O índice audiência e a medida da taxa de audiência de que beneficiam diferentes emissoras foi por Bourdieu considerada “o juiz final do jornalismo”. (BOURDIEU, 2007: p. 37)

constituíram como dois grandes conglomerados empresariais de comunicação social, que tem como objetivo publicizar, propalar e reverberar posicionamentos ideológicos.

Criada em fevereiro de 1921, a *Folha* (*Folha da Noite, Folha da Manhã e Folha da Tarde*) só teve seus jornais organizados e unidos sob o nome de *Folha de S.Paulo* na década de 1960 quando Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumiram o controle da empresa. Em 1980 consolidou-se o projeto editorial, que defendia um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno a partir de três metas: informação correta, interpretações competentes e pluralidade de opiniões. Atualmente segue com circulação média durante a semana de 320.741 exemplares. O Grupo Folha, proprietário da *Folha de S.Paulo* e também dos jornais *Valor Econômico*, *Agora São Paulo*, *Alô Negócios*; revistas e suplementos dos jornais, a editora Publifolha, os portais na Internet (UOL e seus serviços); e o instituto de pesquisa Datafolha.

No tocante ao seu desempenho na história política do Brasil, o jornal apoiou o golpe militar de 1964, ainda que limitando-se a veicular poucas e pontuais críticas. Submeteu-se à censura, aceitando as proibições, sem confrontar as imposições dos militares. A partir de 1969, a *Folha da Tarde* publicou manchetes que exaltavam as operações militares, e a redação foi entregue a jornalistas que apoiavam a repressão militar. O jornal sofreu ataques de militantes da ALN (Ação Libertadora Nacional), de Carlos Marighella, sob a acusação de que veículos de entrega do jornal teriam sido usados por agentes da repressão, para acompanhar sob disfarce a movimentação de militantes. Em 1983, com o movimento das Diretas-Já, que visava a volta da democracia ao nosso país, a *Folha* associou-se ao movimento, sobretudo no ano de 1984.

Em meados dos anos 1980, no país e no prédio da Barão de Limeira, os tempos eram outros. Os jornais do grupo deveriam alinhar-se ao “Projeto Folha”, criando um periódico “moderno, crítico, pluralista e imparcial”. E, definitivamente, as baías da Folha da Tarde, seus “dez mandamentos” e seu ar de delegacia estavam fora de esquadro. (KUSHNIR, 2004; p:341)

Segundo Kushnir (20014; p:338) o “Projeto Folha” concretizou-se sob a coordenação de Otavio Frias Filho, com uma nova linha editorial, incorporando estratégias de marketing e buscando segundo as palavras de Frias Filho, “um jornalismo crítico e imparcial”.

No período de redemocratização, com a volta dos partidos políticos à disputa eleitoral, o jornal optou pelo pluralismo e apartidarismo, sendo este a base do Projeto Folha, que atualmente utiliza-se de colunistas e formadores de opinião diferentes sobre temas em pauta. Quando Fernando Collor assumiu a Presidência da República, em 15 de março de 1990, a *Folha* passou a

denunciar o político em diversas reportagens e nos cadernos de economia. Em junho, no caderno editorial o jornal pedia a renúncia do presidente que se deu três meses depois com a abertura do processo de *impeachment*.

No ano de 1875, nasceu o jornal *A Província de São Paulo* fundado por um grupo de republicanos liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, que decidiram criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão. Somente após proclamação da República, em 1890, que o jornal passou a chamar-se *O Estado de S. Paulo*. O posicionamento político expresso na seção mais antiga do jornal, conhecida como "Notas e Informações", mantém a postura tradicional em seus editoriais, identificados com o conservadorismo político, pensamento econômico neoliberal e defesa do Estado democrático de direito. Quanto a circulação média de exemplares, durante a semana, são impressos 165. 740 mil exemplares, dado fornecido pela empresa jornalística , Grupo Estado.

O jornal *O Estado de S.Paulo*, pertence ao Grupo Estado, que detém o controle do *Jornal da Tarde* (1966), da *OESP Mídia* (1984), empresa que atua no ramo de publicidade por meio de classificados; as rádios *Eldorado AM e FM* (1958) e a *Agência Estado* (1970), maior agência de notícias do Brasil e desde março de 2000 faz parte do Grupo, o portal Estadão.

Durante o Estado Novo, sob o comando autoritário de Getulio Vargas, o jornal buscou sua independência ante a censura prévia do regime varguista. Em 1964, *O Estado* apoiou o golpe militar que depôs o presidente João Goulart. Defendeu a intervenção militar transitória até o momento que percebeu a perpetuação de uma ditadura militar, então, voltou-se a oposição. No ano de 1968, o jornal foi censurado e impedido de circular até o ano seguinte. Nos anos 1970 *O Estado*, ainda sob censura, começou a publicar versos de *Os Lusíadas*, de Camões e o *Jornal da Tarde*, receitas de bolos e doces com o objetivo de apontar as arbitrariedades aos leitores.

Durante a campanha pelas “Diretas Já”, em 1984, *O Estado* adotou postura comedida e discreta quanto a mobilização expressando o medo dos movimentos de rua daquele momento, não mostrando muito entusiasmo. Já em 1992, assim como a *Folha*, *O Estado* publicou editoriais que pediam a renúncia de Fernando Collor de Mello. Contudo, a preocupação maior era a manutenção da ordem institucional, o temor da ruptura com a Constituição de 1988 e o retorno à ditadura militar.

O livro de Beatriz Kushnir “*Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*” publicado em 2004 (p. 351-352), nos fornece diversos detalhes e informações que ajudam a compreender a trajetória destes dois jornais, desde a década de 1960, o auge da ditadura no Brasil, como policiais e censores (que eram jornalistas) trabalhavam e influenciavam nas redações, até meados da década de 1980, com o processo de abertura democrática, e as

transformações que cada veículo passou para se tornar o que é hoje e como se apresenta aos seus leitores.

No processo de construção da notícia, considerasse o interesse e a capacidade de compreensão e interpretação dos consumidores da notícia, assim como, de que forma estes sujeitos se relacionam com o tema. Neste sentido, o perfil do leitor do jornal também é um ponto fundamental, considerando-se que os dois veículo em questão são lidos, assinados e compartilhados por pessoas pertencentes aos setores de classe média e do capital.

Fiorin (2004) afirma que cada jornal constrói seu público, seu leitor, a partir de características discursivas. O autor se reporta aos estudos realizados por Campos (2003) para falar como o jornal *O Estado de S.Paulo* e a *Folha de S.Paulo* constroem seus enunciatórios - aqui entendidos como o público leitor - a partir de diferenças entre seus editoriais e outras publicações. Para Fiorin, o enunciatório do *Estadão* é um homem que pertence às elites do país, que conhece bem os fatos da política e da economia, e tem posições políticas definidas. O enunciatório da *Folha* é o descolado: artistas, professores universitários. O interesse pela política seria relativo. "Para o leitor do *Estadão*, o mundo é objeto de conhecimento e campo de ação, para o leitor da *Folha*, o mundo é objeto de contemplação". (FIORIN, 2006: p.26)

O público leitor do texto editorial tem um perfil bem peculiar, trata-se de um público restrito e exigente quanto às normas cultas e também quanto ao estilo lingüístico. Para este público, o editorial é visto como um espaço de formação da opinião pública, agendamento dos temas e debates intelectuais, deste modo, fomenta a crença que suas informações precisam estar de acordo com os anseios da coletividade. (MELO, 2003: p.18).

Os editoriais representam a posição oficial e a linha ideológico-editorial. De acordo com Francisco Fonseca (2005: p. 33) a opinião expressa nos textos editoriais orientam o trabalho de todos que produzem aquele veículo, demarcando o posicionamento ideológico-editorial no periódico como um todo o que lhe atribui coerência. Para José Marques de Melo (1994: p. 96) reflete a opinião dos diferentes grupos que participação da empresa jornalística, dos proprietários, anunciantes e jornalistas. Segundo Melo, o editorial é um espaço de contradições que encontram equilíbrio na conciliação dos diversos interesses.

É necessário entender os textos editoriais como um texto capaz de pautar as demais matérias, reportagens e outras notícias. Sendo também por outro lado, o resultado de pautas, agendas e enquadramentos já realizados por trabalhos de outros núcleos que compõem o grupo jornalístico. O editorial tem por objetivo dialogar com o Estado e os demais atores políticos, partidos, instituições, representantes da sociedade civil sendo capaz de influenciar arenas decisórias partir de algumas estratégias abaixo apresentadas.

O conceito de *agenda-setting* relaciona-se a forma como o discurso veiculado pelos jornais determina como as pessoas devem pensar ou quais assuntos devem ganhar audiência dos veículos de comunicação e do público. Para Azevedo (2004) e McCombs (2009), os meios de comunicação de massa definem a pauta e a hierarquia da produção de notícias, levando em consideração diversos fatores: econômicos, ideológicos, e outros interesses coletivos do público e de outras esferas públicas; os meios de comunicação auxiliam na compreensão ao delimitar o léxico, conjunto de palavras, expressões e opiniões a serem utilizadas no cotidiano; alguns assuntos são priorizados em detrimento de outros, levando a uma interpretação da realidade e dos fatos, conhecida como *framing*, enquadramento; ao adotar opiniões positivas ou negativas sobre determinados temas, atores e acontecimentos, os atributos são construídos colaborando para a formação de opinião.

Neste sentido, a agenda dos meios de comunicação e a abordagem dos temas são formas analíticas de avaliar como se dá a relação entre imprensa e política. Os jornais se colocam como atores políticos em disputa por saberes, valores, crenças, opinião, interesses e representações do que deve ser a vida em sociedade, sua organização social e política. O discurso em construção sustenta um projeto político embasado em questões que representam setores da sociedade na qual estão inseridos.

José Marques de Melo (2003: p.73) destaca a natureza ideológica contida no texto jornalístico “através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica”, e que influenciam seus leitores mobilizando determinados pontos de vista. O editorial é mais que um mero texto ou posição de uma opinião ou posição ideológica. Representa o discurso de todos os grupos que mantêm financeiramente o jornal, seja por meio da assinatura, da publicidade, ou dos acionistas.

O gênero editorial une a interpretação e a crítica sustentada em dados documentais e/ou testemunhais que são capazes de lhe dar legitimidade e credibilidade. Fruto da manifestação e expressão do posicionamento de grupos de interesse que administram as empresas jornalísticas, os editoriais comentam sobre aquilo que é importante junto ao interesse nacional, isto é, assuntos de relevância política, social e econômica. Redigidos em terceira pessoa e sem a assinatura de um jornalista ou articulista, uma de suas funções é garantir a imparcialidade do posicionamento e opinião ali emitidos, utilizando-se do recurso argumentativo.

O editorial é o lugar que tende a dar visibilidade e espaço aos múltiplos interesses com vistas a construir e influenciar opinião:

[...] o editorial afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de aprender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana [...] embora se dirijam formalmente à “opinião pública”, na verdade encerram uma relação de diálogo com o Estado.” (MELO, 1994; 96-97)

A representação dos setores médios da sociedade no discurso político dos editoriais relaciona-se com as estratégias de comunicação que se utiliza para adesão aos valores, crenças e projetos partilhados. De acordo com Patrick Charaudeau (2008: p.16), o discurso político é uma prática social que circula no espaço público permeado de relações e disputas de poder. Para Charaudeau (2008:p. 39), não há política sem discurso. A circulação das palavras, da linguagem e do discurso é que permitem que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução campo de construção do pensamento e ação políticos, isto é, abrange o debate das idéias e o fazer político propriamente dito.

O discurso político enquanto ato de comunicação envolve atores preocupados em influenciar opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos. No caso da construção discurso político elaborado por veículos de comunicação como é o caso dos jornais, busca-se credibilidade e adesão dos cidadãos. Os leitores prontos a auxiliar na construção e produção de sentidos.

O texto comentado como é o caso do editorial, além de fornecer as circunstâncias, intenções dos atores envolvidos e as implicações do fato, deve também, provocar a interpretação pessoal de cada leitor, chamando-o a comentar também e a tomar partido dentro do que chamamos opinião pública. O acontecimento é sempre construído, *“para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível.”* (CHARAUDEAU, 2010: p.95). Sendo assim, há necessidade do assunto ser comentado para poder significar, ser interpretado e compreendido, e isto, acontece num espaço comum de debates como aquele disponibilizado pelos jornais. Adentramos assim em duas questões, a do universo das representações sociais e no seu espaço de visibilidade.

Por definição, as representações sociais constituem os sistemas de valores, esquemas de pensamento de um determinado grupo social, formas de pensar e agir, símbolos que os identifique, especificidades culturais etc. No entanto, para que estas representações sejam reconhecidas ou contestadas, elas precisam circular num espaço que seja comum a todos os cidadãos, isto é, naquilo que chamamos de esfera pública. Segundo Charaudeau (2010), o espaço público:

(...) resulta da conjunção das práticas sociais e das representações. As práticas sociais constituem o motor das representações, e estas são a razão de ser daquelas, atribuindo-lhes valores que tendem a

confirmá-las ou a modificá-las. Essa interação dialética constrói um espaço público plural e em movimento. (CHARAUDEAU, 2010: p.120)

Podemos entender o discurso impresso nos editoriais como também um lugar onde as representações são utilizadas como mecanismos e estratégias de poder, isto é, a da influência do saber fazer, fazer pensar e fazer sentir, segundo determinados modos discursivos. Se o acontecimento apenas significa quando transformado em discurso, é a partir daí, que concentraremos nossa análise.

Uma atividade discursiva consiste em descrever situações, buscar explicações, situar o acontecimento no tempo (história), identificar os principais atores e assim reproduzir reações. Para Charaudeau (2010: p. 150) cada situação de comunicação, implica um modo discursivo que tem a ver com a forma de descrever, como contar, como explicar e/ou persuadir. Sobre as estratégias discursivas empregadas para atrair audiência do público e adesão a idéias e valores alguns fatores devem ser considerados como a imagem construída (*ethos*) que dará credibilidade e sedução, maneira como percebe a opinião pública e constrói o discurso (*pathos*), posicionamento sobre idéias e valores que fundamentam seu projeto político. (CHARAUDEAU, 2008: p. 84)

Concentraremos-nos em apresentar como estas estratégias são utilizadas para construir imagens (*ethos*) na formação da opinião pública pelos jornais, e sobre o fazer política, as instituições e seus atores. Consideramos o processo da construção da imagem, a temporalidade, o momento da história do país, a cultura política que nos remete as crenças, valores e idéias dos cidadãos de uma nação e o universo da política, sendo assim:

No domínio político, a construção das imagens só tem razão de ser se for voltada para o público, pois elas devem funcionar como suporte de identificação, via valores comuns desejados. O *ethos* político deve, portanto, mergulhar nos imaginários populares mais amplamente partilhados, uma vez que devem atingir o maior número, em nome de uma espécie de contrato de reconhecimento implícito. O *ethos* é como um espelho no qual se refletem os desejos uns dos outros. (CHARAUDEAU, 2008:p. 87)

Deste modo, o discurso político busca incorporar em sua performance, na linguagem e símbolos utilizados, elementos que fazem sentido e remetam a valores que acredita serem aprovados e compartilhados por seus leitores.

Para Maffesoli (1998) o imaginário, coletivo na maior parte do tempo, se constitui pela ideia de fazer parte de algo, de partilhar uma filosofia de vida, uma linguagem, uma atmosfera, uma visão de coisas. Se pensarmos no leitor dos editoriais dos jornais, na predisposição de escolher um ou outro jornal, percebemos que se trata de um público ávido em receber interpretações políticas, contundentes e não somente informação ou relato de fatos precedentes.

Parece-nos evidente que a reiteração de posições ajuda a desenhar posicionamentos imaginários com força para garantir adesão ao que foi propalado. Para o autor a política se tornou: “Um vasto espetáculo de variedades que funcionam mais sobre a emoção e a sedução do que sobre a convicção ideológica (...) Tudo isso mostra que existe uma dialética entre o conhecimento e a experiência dos sentidos”. (Maffesoli, 1998, p. 192)

De acordo com Charaudeau ao recorrer aos símbolos presentes na “cultura política” nacional, dá-se a construção do *ethos* com base em duas matrizes fundamentais: *credibilidade* e de *identificação* para formar opinião acerca da vida política nacional, utilizando-se das construções do imaginário social e político. Por isso o uso de palavras e expressões cotidianas, além de termos que acabamos por utilizar ao representar a vida política.

No processo de construção de identificação com o público e com o leitor, há uma construção de sentidos mediado pelas imagens, pela narrativa pela recorrência de momentos históricos e a todos os códigos simbólicos que compõem o nosso universo de representações sociais. Neste sentido, os editoriais apresentam uma interpretação da realidade, que envolvem idéias-forças, figuras de linguagem e imaginários da “cultura política” nacional.

A narrativa da nação brasileira pode ser observada no modo como é reinterpretado e apresentado no discurso político, ele fornece imagens, cenários, eventos históricos, símbolos e figuras que dão sentido as representações compartilhadas, como os momentos de crise econômica e política, personagens políticos, programas que tiveram êxitos e que dão sentido aos brasileiros. Nesta relação, o momento do processo de construção do discurso torna-se um contrato entre os meios de comunicação e cidadãos baseados num projeto comum para o país.

A construção do discurso político nos editoriais dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* (2003-2010)

Nosso *corpus* de análise são os editoriais publicados nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo* sobre a reforma política durante o Governo Lula I e II, período de 2003 a 2010, que abrange o momento de discussão do tema na Comissão Especial da Reforma Política (2003 e 2007) e a crise política deflagrada por causa do “Mensalão”⁴ (2005). Os dois jornais publicaram neste período o total de 95 editoriais sobre a reforma política, sendo que a *Folha de S.Paulo*

⁴ Nome dado ao esquema de pagamento irregular de propina a parlamentares que votassem a favor de projetos governistas, atingiu o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2005 - durante seu primeiro mandato presidencial.

publicou 58 textos e o *Estado de S.Paulo*, 37. A busca por este material foi realizada nos sites de cada grupo jornalístico a partir do acervo online disponível, utilizamos para a busca no campo palavras-chaves: “reforma política”. Todos os textos que apareciam a partir da busca foram delimitadas por editoriais, os textos foram lidos e compilados para nosso arquivo pessoal, para verificação e objetivos de análise.

Não há dúvidas que a reforma política constitui um tema fundamental e está na pauta da agenda pública, dos meios de comunicação, dos políticos e dos cidadãos brasileiros. Durante do Governo Lula (2003-2010) o trabalho das comissões surge com mais frequência na imprensa sempre a partir do embate, das opiniões e do posicionamento dos parlamentares sobre o tema da reforma do sistema político. Nossa hipótese de estudo é que o tema da reforma política surge com mais frequência nos meios de comunicação a partir de contextos específicos: nos momentos de crise política ou escândalos de corrupção.

Estas considerações são feitas a partir da observação do fenômeno reforma política durante o Governo Lula I e II. Num primeiro momento, o enfoque dado ao tema e as diversas interpretações das propostas sobre a reforma política entre membros do Congresso, especialistas, interessados na temática e outros formadores de opinião, pouco esclarece ao cidadão comum sobre o que de fato está em discussão no sistema político brasileiro, tornando-se um assunto desinteressante e ininteligível. Contudo, uma análise aprofundada da abordagem dada ao debate pode revelar que algumas interpretações surgem nas colunas e matérias para reforçar o posicionamento da linha editorial do veículo de comunicação. Sendo assim, investigar como se estabelece a relação entre os meios de comunicação e a política, suas consequências e seus limites na construção da opinião pública são significativos para entender a cultura política, os valores e interesses presentes na relação entre os meios de comunicação, os políticos e as instituições políticas.

Realizamos a análise de uma amostra dos editoriais que obedece a dois contextos segundo a hipótese de estudo: momento de discussão do tema na Comissão Especial (2003 e 2007) e a crise política (2005). Elaboramos um gráfico que apresenta a quantidade de editoriais publicados em cada jornal por ano, no qual podemos verificar que os períodos mais representativos na quantidade de textos publicados foram os momentos mencionados acima, com destaque para o momento da crise política motivada pelas denúncias do ano de 2005 que geraram uma quantidade maior textos sobre o tema da reforma.

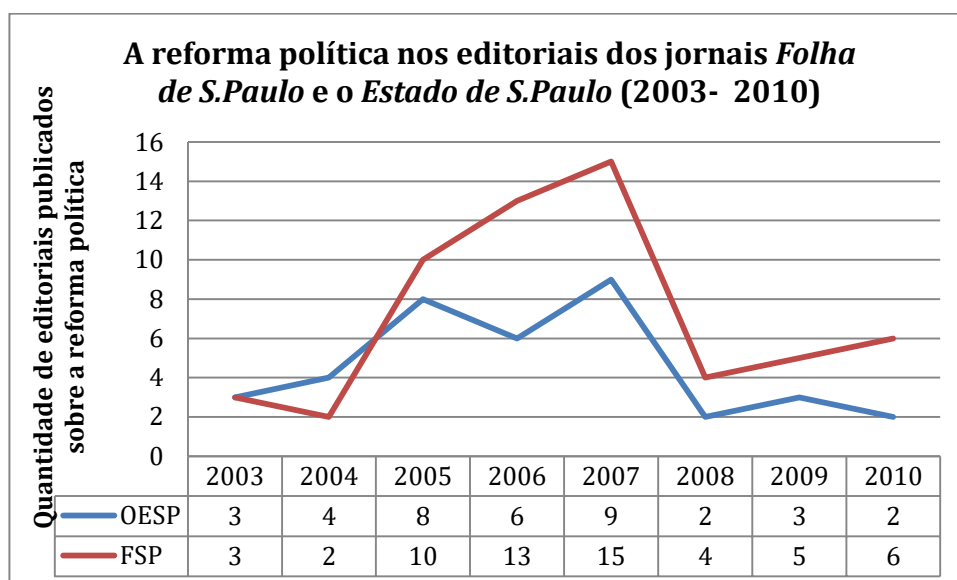


Gráfico 1 – A reforma política nos editoriais dos jornais *Folha de S.Paulo* e o *Estado de S.Paulo* (2003-2010)

Dentre o universo apresentado, por motivos práticos e operacionais da pesquisa optamos por selecionar apenas um editorial de cada grupo jornalístico por ano. Sendo assim selecionamos um total de 16 editoriais, que correspondem a oito editoriais da *Folha* e oito do *Estado*. Buscamos compreender o conteúdo do texto, a opinião sobre a reforma política emitida pelo veículo, o agendamento e o enquadramento dado pelo jornal, e por fim, os imaginários discursivos sobre a reforma, o sistema político, o Governo Lula, atores e instituições. Consideramos os editoriais como parte de um projeto político que utiliza o discurso, para construção da opinião e de imaginários sobre a política.

Nos editoriais analisados foi possível observar a preocupação dos veículos em organizar e hierarquizar sua argumentação tendo sempre como base a defesa dos valores e condutas morais. No ano da primeira gestão do Governo Lula os dois jornais apostam na reforma política como uma solução para o sistema político-partidário caótico, irregular e cheio de falhas. Os textos apresentam alguns itens discutidos na proposta do Projeto de Lei Projeto de Lei nº 2.679/2003 e depois atualizado de Projeto de Lei nº 1.210/2007.

O ano de 2003 foi marcado pela expectativa da primeira gestão no governo federal de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores. A reforma política é vista pelos jornais como algo fundamental a ser realizado já no primeiro ano de gestão para conter a troca de legendas, alianças criadas por motivos eleitorais. Segundo editorial do *Estado*:

[...] há muitos outros motivos para que se considere o corrente ano ideal para que se considere uma ampla reforma político, partidária e eleitoral, no Brasil. Um deles é a barafunda político- partidária que levou o eleitorado brasileiro a assistir, perplexo, mudanças de posição doutrinárias, trocas de partidos e esdruxulas construções e /ou desarticulação de alianças como nunca se vira em nossa história republicana. (*OESP – A hora e vez da reforma política– 10/02/2003*)

Os imaginários políticos discursivos expressos pelo periódico apresentam o sistema político como uma “barafunda político-partidária”, que necessita de ajustes seja quanto ao custo e financiamento das campanhas eleitorais, no tocante a representatividade partidária e alianças coerentes e com maior duração. O jornal *OESP* defende adoção de sistema de votação nas legendas com listas ordenadas pelos partidos.

A *Folha de S.Paulo* não difere muito em sua opinião, que entende o sistema político – partidário como um “mercado político” , onde troca-se votos, cargos e recursos financeiros. O editorial chama atenção também para o “troca-troca” de partidos que resultam do fisiologismo do sistema, isto é, das relações de poder em troca de benefícios:

Desde o início da redemocratização, Câmara e Senado são palcos de nebulosas transações envolvendo troca de votos por cargos, por liberação de verbas orçamentárias e, até mesmo, por outras formas mais sonantes de retribuição. Esse vergonhoso mercado político já propiciou uma série de escândalos, que serviu para alertar e despertar a indignação da opinião pública. (...) O PT, obviamente, sabe que possui um patrimônio ético a ser preservado. Tem procurado, portanto, jogar o jogo com relativa prudência. A maior demonstração disso talvez seja o modo como vem promovendo a transferência de parlamentares para a base do governo. O troca-troca de legendas é uma outra face do problema do fisiologismo. (*FSP – PT heterodoxo – 28/09/2003*)

O jornal elabora opinião semelhante à do *OESP*, que acredita na necessidade de um reforma política capaz de moralizar a situação. “*Novas regras precisam ser estabelecidas para que o comércio de votos e a vergonhosa deserção partidária motivada por interesses de ocasião possam ser coibidos.*” (*FSP – 28/09/2003*). O jornal observa o PT e dá alguns conselhos de como o jogo político deve ser conduzido.

Editorial - A hora e vez da reforma política OESP – 10/02/2003	Editorial - PT heterodoxo FSP – 28/09/2003
Conteúdo: Início do Governo Lula e a perspectiva e necessidade de uma ampla reforma político-partidária num cenário que se apresenta caótico, mas propício às mudanças.	Conteúdo: A partir da entrevista do deputado João Paulo Cunha (PT) e da aprovação da reforma tributária e da previdência o texto aborda a questão das difíceis alianças políticas no Governo Lula e a forma deste conduzir o chamado fisiologismo.
Opinião: favorável a reforma política e que o Governo Lula aprove os principais itens colocados na pauta adoção de listas fechadas votação nas legendas, representatividade regional e partidária (voto distrital), financiamento público de campanha	Opinião: aconselhamento ao Governo Lula a lidar com as coalizões e melhoria por meio de uma reforma política que fortaleça os partidos e controle as migrações partidárias. Necessidade de reforma política para lidar com a difícil coalizão, a migração partidária, troca de votos por cargos
Imaginários: “barafunda político-partidária”, “posições doutrinárias”, “esdrúxulas construções e/ou desarticulação de alianças”.	Imaginários: “métodos heterodoxos”, “fisiologismo”, “mercado político”, “troca-troca de legendas”, “infidelidade partidária”, “efeito manada”, “comercio de votos”, “deserção partidária”, legendas “terceirizadas”

Quadro1 – Editoriais OESP e FSP - 2003

No ano seguinte (2004), as críticas dos jornais à migração partidária, a relação do Executivo com o Legislativo e sua base governista no Congresso Nacional sugerem novamente que apenas uma reforma política poderia solucionar estes problemas e aperfeiçoar a democracia. De acordo com o jornal *O Estado de S.Paulo*:

Em meio ao cenário caótico do relacionamento do governo Luiz Inácio Lula da Silva com o Legislativo, em que o Executivo tem tido que, literalmente “pagar” para ver o Congresso funcionar, liberando verbas para atender as emendas parlamentares – e estes deixando o Plenário escandalosamente vazio, mesmo estando nas Casas, por não mais acreditarem em promessas de liberação de verba nem com hora marcada – enquanto a paralisa do Congresso – pelo não atendimento aos interesses regionais/eleitorais dos congressistas [...] (*OESP* – O calmo dedo na ferida – 13/11/2004)

O jornal menciona o Governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB), que com calma e ponderada reflexão, coloca o dedo na ferida falando da necessidade de uma reforma política no Brasil, que estabeleça a fidelidade partidária e voto distrital misto. O *OESP* utiliza o exemplo de

Alckmin para deixar claro que apoia esta proposta de reforma política, aquela proposta pelo PSDB. Apesar de afirmar que a reforma política é um tema de pouco esforço e vontade para os parlamentares, o jornal reafirma sua posição no voto distrital misto para lidar com a questão da representatividade.

Quanto à *Folha* no editorial “Migração fisiológica”, a crítica se faz aos parlamentares e ao próprio PT que permite que sua base aliada muda de partido diversas vezes durante o mandato. Como o próprio texto sugere, estas trocas acontecem com muita frequência no atual governo:

[...] É deplorável o elevado número de mudanças de partido registrado no Congresso Nacional de janeiro de 2003 até agora. Apenas nesse período, aproximadamente um quarto dos deputados federais - cerca de 141 parlamentares- trocou de sigla partidária. Dentre esses casos, alguns configuram uma verdadeira peregrinação por diversas agremiações partidárias. (...) Lamentavelmente, a gestão petista não se limitou a dar prosseguimento a essa prática, mas produziu aprimoramentos em sua execução. Convenientemente, não é o PT o principal receptor das adesões, mas as legendas aliadas. Numa prudente "terceirização", partidos da base governista têm prestado o serviço de receber a maior parte dos migrantes. Dessa forma, o PT se beneficia da infidelidade partidária – que tanto criticou no passado-, mas procura manter as aparências de paladino da ética, imagem já bastante arranhada que construiu ao longo de sua história [...] (*FSP – Migração fisiológica – 04/09/2004*)

Conforme a *Folha*, estes fatos apenas reiteram a necessidade reforma política. Para o jornal, se houvesse obediência e fidelidade à filiação ao mesmo partido durante os quatro anos anteriores ao pleito, e se uma regra assim o fizesse, os políticos só deveriam poder candidatar-se a um novo mandato ou a outro cargo público eletivo aqueles que mantivessem filiação com duração estabelecida em lei, pois “contribuiriam muito para o aperfeiçoamento da democracia brasileira.”

Editorial – O calmo dedo na ferida OESP – 13/11/2004	Editorial – Migração fisiológica FSP – 04/09/2004
Conteúdo: Críticas à relação do Executivo com uma base governista indisciplinada e oportunista que funciona apenas a partir de trocas de favores.	Conteúdo: Críticas à migração partidária na base governista e ao PT por permitir as trocas e se beneficiar delas com seus aliados.
Opinião: Necessidade de uma reforma política que estabeleça a fidelidade partidária e voto distrital misto citando a proposta do PSDB.	Opinião: A reforma política deveria estabelecer novos critérios para a mudança de legendas estipulando fidelidade à legenda no mandato anterior.
Imaginários: “cenário caótico do relacionamento do governo Luiz Inacio Lula da Silva”, “pagar para	Imaginários: “terceirização dos partidos”, “infidelidade partidária”, “paladino da ética”,

ver”, “paralisia do Congresso”, “acumulo absurdo de Medidas Provisórias”, “capitão do time”, “vícios estruturais da Democracia Representativa”, “barganha”, “troca-troca partidário”, “problemas estruturais emperram os processos”	“vergonhosa deserção partidária”
---	----------------------------------

Quadro 2 – Editoriais *OESP* e *FSP* 2004

O uso de imaginários pejorativos e negativos em relação aos políticos, partidos e ao sistema político-partidário acabam por reforçar a imagem de ineficiência do sistema e das instituições, de atores que “traem” partidos, regras e possivelmente o eleitorado. A ideia de partidos como “empresas terceirizadas” sugerem que os recursos financeiros e os benefícios políticos é que comanda o universo da política no Brasil, por isso, a necessidade de reformas no sistema político-partidário.

O ano de 2005 foi marcado pelo episódio do “Mensalão” e de outras denúncias de irregularidades no Governo Lula. A eleição de Severino Cavalcanti (PP-PE) para a presidência da Câmara dos Deputados foi assunto comentado nos editoriais do *OESP*. O jornal denuncia o atual estado de “degeneração”, “desgaste” e “desmoralização” dos partidos políticos no Brasil e afirma que tal cenário clama por uma profunda reforma político-partidária:

[...] É possível, quem dera fosse provável, - que uma dessas tarefas diga respeito à reforma político-partidária. É evidente, contudo, que se o PT se dispõe a liderar uma reforma nesse campo, precisa fazer seu honesto ato de contrição, admitindo sua responsabilidade na “degradação” a que chegou o quadro partidário caboclo, antes de travestir-se de paladino da “fidelidade partidária” (...) Se o presidente do PT e suas lideranças empreenderem um real esforço em prol da reforma político-partidária e, além disso, se empenharem contra o corporativismo Severino, a começar pelo combate ao cumprimento da promessa - severina - de duplicação de ganho dos deputados federais, será possível a sociedade brasileira ter esperança na regeneração dos hábitos políticos. (*OESP* – Da degradação à reforma – 23/02/2005)

O texto utiliza frases do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso com críticas ao governo pela atual situação: “*Um governo que se elegeu com a história de um partido devia ter entendido que os partidos são importantes e que não vale o preço destruir os partidos para governar*”. O jornal não poupa julgamentos acerca do deputado Severino Cavalcanti a quem descreve como “rei do baixo clero”. *OESP* utiliza-se da frase de Renan Calheiros (PMDB- AL) então presidente do Senado para reforçar o apoio a uma reforma política que estabeleça limites para a “infidelidade partidária”. Segundo o *Estadão*, o PT permitiu a migração partidária para aumentar sua base parlamentar a partir da transferencia de deputados para os partidos aliados.

Os imaginários empregados pelo jornal sugerem que o quadro partidário brasileiro durante o Governo Lula é o pior de toda história do país, visto que, é uma confusão, está em pleno processo de degradação, os partidos estão desmoralizados, a migração partidária é fisiológica e o PT permite o que o jornal chama de “receptação fisiológica”.

Por outro lado, a *Folha de S. Paulo* menciona a crise política com o episódio do “Mensalão”, das denúncias na CPI dos Correios e das irregularidades do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) ocorridos no Governo Lula (2005) e também destaca a dificuldade do presidente em lidar com o a base aliada. A *Folha* cobra por maior transparência, moralidade e rigor as regras do sistema político partidário com uma reforma do sistema político que fortaleça os partidos e diminua o personalismo dos parlamentares. O jornal destaca a reforma política como uma “palavra mágica” que aparece sempre que há crises ou denúncias de irregularidades:

Não há dúvida de que o sistema político-partidário brasileiro precisa de correções. O Planalto, porém, parece inclinado a ver no debate da reforma uma ocasião para desviar as atenções, transferindo responsabilidades do governo e do PT para as deficiências institucionais do país. A verdadeira “mágica” que se pretende encenar é transformar culpados em vítimas. O ilusionismo consiste em criar a idéia de que falhas do arcabouço político devem responder por decisões de indivíduos cientes do que estavam fazendo. Mas identificá-los e submetê-los ao rigor da lei é fundamental. (...) Militantes petistas e apaniguados tomaram de assalto a máquina pública, numa disputa feroz com “aliados” insatisfeitos e sedentos de recompensas. Erros políticos foram cometidos em série, e o fisiologismo tornou-se a regra. Agora, o governo tenta convencer o país de que irá se redimir por meio de uma reforma política, que constava, aliás, das prioridades do candidato Lula, mas foi esquecida depois da vitória. A reforma continua sendo necessária, mas é ilusão acreditar em seus poderes mágicos. (*FSP – Sem mágica – 12/06/2005*)

O jornal sugere que os políticos tendem a culpar o sistema político-partidário por suas falhas e deficiências, porém, acentua a responsabilidade e a conduta dos parlamentares durante o mandato: “*A sociedade brasileira elegeu o candidato Luiz Inácio Lula da Silva com a esperança de que o PT demonstrasse no poder o mesmo grau de exigência moral e republicana que pregava na oposição. Se esse compromisso deixou de ser cumprido, a culpa não é apenas do sistema político.*”

A *Folha* se posiciona favorável à restrição do individualismo parlamentar com fortalecimento das legendas, assim como, apoia o fim da troca de legendas de forma oportunista; controle dos partidos; proibição das coligações em eleições proporcionais; correção da proporcionalidade das bancadas estaduais; rigor para o financiamento de campanhas, redução dos cargos de confiança; privatização do IRB.

Os imaginários utilizados pelo jornal sugerem que o universo da política precisa de “correções” para limitar e coibir irregularidades e outras formas de corrupção apontando para

políticos governistas e outros integrantes do governo como componentes de uma “quadrilha” que se assemelha com criminosos que utilizam-se da “maquina pública” para cometer delitos.

Editorial – Da degradação à reforma OESP – 23/02/2005	Editorial - Sem mágica FSP – 12/06/2005
Conteúdo: trata da eleição de Severino Cavalcanti (PP-PE) à presidência da Câmara dos Deputados, tece críticas duras ao PT, ao deputado e as migrações partidárias durante o Governo Lula.	Conteúdo: a volta da reforma política na agenda por ocasião da crise política e dos escândalos do “Mensalão”, Correios e IRB, o texto sinaliza para itens importantes da reforma política
Opinião: Crítica em relação ao sistema partidário brasileiro e ao Governo Lula que estava mais preocupado com as alianças do que em aprovar a reforma política, esta deveria ser realizada para conter o cenário de “degradação” do sistema político-partidário.	Opinião: Crítica e de cobrança ao Governo Lula, posicionamento de maior rigor as regras e transparência nos processos, elevação do padrão ético da classe política, que o PT demonstrasse o mesmo grau de exigência moral e republicana de quando era oposição. Necessidade de reforma política com restrição ao personalismo do cargo, restrição à migração partidária, proibição das coligações em eleições proporcionais, correções na proporcionalidade das bancadas estaduais, rigor nas regras de financiamento e doações nas campanhas eleitorais, plano de carreira nas estatais, meritocracia, privatização do IRB.
Imaginários: “degradação dos partidos”, “rei do baixo clero”, “quadro partidário caboclo”, “paladino da fidelidade partidária”, “receptação fisiológica”, “dança das cadeiras”, “acomodação espúria”, “corporativismo severino”.	Imaginários: “reforma política como palavra mágica”, “sistema político-partidário brasileiro precisa de correções”, “pagamento de mesadas”, “quadrilhas ligadas a políticos”, “militantes petistas e apaniguados tomaram de assalto a máquina pública”, “aliados insatisfeitos e sedentes”, “agremiações de aluguel”, “negociatas”

Quadro 3 – Editoriais OESP e FSP 2005

No ano de 2006, a ideia de que o presidente Lula e o PT culpam o sistema político pelos problemas relacionados a corrupção em seu governo, volta com força nos editoriais do *Estado de S.Paulo*. O jornal critica projeto da Comissão de Constituição e Justiça que trata da reeleição para

cargos executivos a partir de 2010; convocação de uma Constituinte para a reforma política organizada pelo PT; e mudanças na legislação que regulamenta as Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI.

Começando pelo fim, pois neste caso o disparate contém a ameaça de uma intromissão casuística e, portanto, abusiva do governo nos procedimentos do Congresso -, o que o presidente e seu partido querem concretamente é emascular os inquéritos parlamentares impedindo-os de terem acesso aos dados fiscais, bancários e telefônicos de suspeitos de corrupção. (...) Já a Constituinte para a reforma política – o que de certo dará em nada, por isso é um factóide – é um jogo de cena e um risco para a democracia. Lula deu de culpar o sistema político, que ele não fez nada para mudar, pela corrupção do esquema petista de poder. Agora, posa de paladino da alteração das regras que, se propiciam malfeitorias, que não obrigam ninguém a ser malfeitor. É certo que os políticos evitam mexer no que os favorece, mas a única unanimidade a respeito da reforma, entre os especialistas isentos, é que ela nunca será uma panaceia. [...] (OESP - Disparates em dose tripla – 04/08/2006)

O texto sugere ao leitor que o presidente e integrantes de seu governo se esforçam para que não sejam apuradas as irregularidades e denúncias de corrupção. Em outro momento afirma que há uma “corrupção do esquema petista de poder” e que a consulta popular via Constituinte para reforma política não passa de um jogo para ocultar outras questões do governo, sendo assim, um risco para a democracia. O jornal se posiciona contra o governo e seu partido, criminalizando condutas, propostas e possíveis intenções.

As imagens negativas utilizadas sinalizam que o PT é responsável pela corrupção no governo, que utiliza-se de medidas “abusivas” para “emascular” inquéritos, impedir as investigações, e tenta colocar o presidente como um “falso” defensor da reforma política.

A *Folha de S.Paulo* segue a mesma orientação na crítica o presidente Luiz Inacio Lula da Silva, de que as deficiências no sistema político não são os únicos responsáveis pela corrupção, “o diversionismo dos mandatários atribuiu a origem da corrupção às deformações do sistema”. O jornal faz parecer fácil a mudança das regras eleitorais:

Aos que sonham, por seu turno, com vãos altos na reforma política cabe lembrar que há passos iniciais simples e eficazes, que dispensam a complexa mobilização de forças parlamentares para emendar a Carta. Com uma lei aprovada por maioria simples na Câmara, seria possível implementar a fidelidade partidária. Pelo projeto, que já passou pelo Senado, quem muda de legenda fica impedido de candidatar-se pelos quatro anos seguintes. Esse dispositivo contribuiria para reforçar os elos entre candidatos e partidos, inibindo trocas constantes de sigla. (...) Esse processo de depuração está em pleno curso e resulta não de um casuísmo, mas de uma medida que levou dez anos para ser totalmente implantada. Quando o assunto é reforma política, às vezes a opção por avanços incrementais é tão eficiente quanto propostas radicais para alterar o sistema -e bem mais factível. (FSP – Com fidelidade – 06/11/2006)

Entretanto, a *Folha* não menciona a dificuldade de obter consenso nas votações na Câmara e no Senado, aprovar qualquer item da reforma no Congresso não é tão fácil como faz parecer. O posicionamento do jornal acerca da fidelidade partidária é recorrente. Sobre os imaginários presentes, estes apresentam os políticos como “mandatários”. A corrupção como parte das “deformações do sistema”, e o sistema político-partidário é apresentado como ineficiente.

Editorial – Disparates em dose tripla OESP – 04/08/2006	Editorial – Com fidelidade FSP – 06/11/2006
Conteúdo: O texto menciona três ações do Governo Lula de forma crítica: o projeto da Comissão de Constituição e Justiça que trata da reeleição para cargos executivos a partir de 2010; convocação de uma Constituinte para a reforma política organizada pelo PT; e mudanças na legislação que regulamenta as Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI.	Conteúdo: Crítica ao presidente Luiz Inacio Lula da Silva, sinaliza que a corrupção não tem origem apenas nas falhas do sistema e apoia reforma que trate da fidelidade partidária.
Opinião: Posição é crítica em relação ao Governo Lula e ao presidente, coloca-se contra o fim da reeleição para cargos executivos, contra a convocação de uma Constituinte para a reforma política e para as mudanças na investigação das CPIs.	Opinião: Crítica ao governo e a morosidade para a aprovação no Congresso de itens relacionados a reforma como a fidelidade partidária.
Imaginários: projetos governistas “factóides”, “abuso”, “intromissão casuística”, “venda nos olhos das comissões”, “governo beneficiado”, “organização criminosa”, “paladino da alteração das regras”, “panaceia”.	Imaginários: “mandatários”, “deformações do sistema”, “fidelidade partidária”, “casuismo”.

Quadro 4 – Editoriais OESP e FSP 2006

No ano de 2007, o OESP faz avaliação negativa em relação ao Governo Lula e as atividades do 3º Congresso do PT. Os temas propostos no Congresso abordaram projeto para o Brasil, o socialismo petista e concepção e funcionamento do Partido e a convocação de uma

Assembleia Nacional Constituinte para implementar a reforma política. O texto afirma que o encontro do partido assim como a proposta de uma Constituinte como um subterfúgio para ocultar questões mais relevantes como o combate à corrupção:

A circunstância enfatiza a posição que os Partidos dos Trabalhadores sempre adotou em relação aos integrantes de seus quadros e de sua cúpula dirigente que praticaram “erros” (termo oficialmente consagrado para referir crimes de petistas): o abafamento completo do assunto, a falta total de investigação sobre o comportamento dos acusados e, em ultima instância a tranquila oferta de impunidade aos participantes da “sofisticada organização criminosa” denunciada pelo Procurador Geral da República e agora processada no Supremo Tribunal Federal. (...) Outra ideia “de jerico” a ser discutida nesse conclave partidário é a da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, destinada a implementar a reforma política. Diga-se, antes de tudo, que esta proposta implica numa “*capitis diminutio*” das duas Casas Legislativas do Congresso Nacional. A argumentação em seu favor prende-se à premissa segundo a qual o atual Congresso jamais fará uma reforma política porque seus membros se beneficiam do “sistema” político que “aí está”. (OESP – Congresso do PT – em má hora – 29/08/2007)

O jornal leva o leitor a concluir que o PT está preocupado com seus encontros, festas e na ocultação das irregularidades e não com o bem comum. A mesma coisa acontece em relação a proposta da reforma política, a Constituinte de consulta popular serviria, neste caso, apenas como paliativo para deixar as coisas como estão no Congresso Nacional, já que os políticos não estariam interessados em aprovar regras que não os beneficiariam.

Os imaginários buscam reforçar a ideia de que os governistas são criminosos “réus de ações penais” que fazem parte de uma “sofisticada organização criminosa” e que buscam o “abafamento” das irregularidades supostamente cometidas. A Constituinte exclusiva para debater a reforma política é considerada uma “ideia de jerico”, uma expressão utilizada para dizer que é uma ideia tola.

A *Folha de S.Paulo*, por sua vez, aborda novamente a questão sobre a fidelidade partidária e do aumento do período de duração da filiação partidária, a partir do entendimento do TSE sobre o mandato do parlamentar eleito no sistema proporcional pertencer ao partido.

A velha tradição brasileira de providenciar o cadeado apenas depois de arrombada a porta volta a manifestar-se. A Câmara, atordoada pelo entendimento do TSE de que o mandato do parlamentar eleito em votação proporcional pertence ao partido, aquece as turbinas para votar alguma reforma política. A situação é paradoxal. Por um lado, a corte eleitoral tem se mostrado à vontade para atuar num terreno que deveria ser prerrogativa do Legislativo. Não raro essas intervenções criadoras de norma geram insegurança. Qual será, por exemplo, a consequência prática da resposta à consulta do ex-PFL (hoje Democratas) se a Carta não elenca, entre os casos passíveis de cassação (art. 55), a desfiliação do partido? Por outro lado, tais intervenções da Justiça ocorrem porque o Congresso se omite, há mais de uma década, da tarefa de modernizar as instituições da representatividade popular. Os termos da fidelidade partidária -um anseio da sociedade, que abomina o troca-troca entre legendas- deveriam estar esclarecidos nos códigos há muito tempo. Agora o tempo da protelação terminou. Os políticos terão de decidir, e escrever em lei, se entregam

o mandato ao partido ou se encontram alguma outra maneira de inibir a infidelidade. (*FSP* – A vez dos deputados – 30/03/2007)

O jornal apoia que o prazo deve ser prolongado e que o prazo de filiação partidária de um para quatro anos antes do pleito seria o mais razoável. O texto critica o Congresso por manter uma norma antiquada as necessidades das instituições. Os imaginário apresentam um sistema político com regras antigas que precisam ser “modernizadas” e que o “vai -vem de legendas” precisam ser inibidas.

Editorial - Congresso do PT – em má hora OESP – 29/08/2007	Editorial - A vez dos deputados FSP – 30/03/2007
Conteúdo: Trata da escolha da data do 3º Congresso do Partido dos Trabalhadores e da escolha do tema em pauta diante do contexto de admissibilidade das denúncias do “mensalão” pelo STF	Conteúdo: Trata da fidelidade partidária e do aumento do prazo de filiação, a partir do entendimento do TSE sobre o mandato do parlamentar eleito no sistema proporcional pertencer ao partido
Opinião: Crítica negativa em relação ao Governo Lula e as atividades do 3º Congresso do PT . O PT deveria se preocupar com questões mais importantes como escolha da cúpula dirigente, administração interna e a falta de lideranças no partido, os temas propostos no Congresso tratavam do projeto para o Brasil, o socialismo petista e concepção e funcionamento do Partido e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para implementar a reforma política	Opinião: Favorável à reforma política e a alteração no prazo mínimo de filiação para coibir a migração partidária. Aumento do prazo mínimo para a filiação do candidato de 1 ano para 4 anos antes da data das eleições, projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL)
Imaginários: “famigerado mensalão”, “próceres do partido”, “retrogradas das ideologias sobreviventes do mundo contemporâneo”, “ideia de jerico”	Imaginários: “tradição brasileira de providenciar de providenciar o cadeado depois de arrombada a porta”, “aquece as turbinas para uma reforma política”, “troca-troca entre legendas”, “jogo de lideranças”, “vai e vêm entre legendas”

Quadro 5 – Editoriais *OESP* e *FSP* 2007

O ano de 2008 foi marcado pela especulação de que o presidente Lula tentaria um terceiro mandato para o ano de 2010. O *OESP* menciona os esforços dos partidos da oposição PSDB e

DEM, de bloquear qualquer tentativa de mudança nas normas eleitorais para impedir a sucessão de Lula nas próximas eleições presidenciais.

Dirigentes tucanos e democratas resolveram bloquear por todos os meios a seu alcance qualquer tentativa de mudança das normas eleitorais antes da sucessão de 2010 – a rigor o único germe da mudança em cena é o fim da reeleição para presidente, governadores e prefeitos, substituída por um mandato exclusivo de cinco anos. É óbvio, que o objetivo imediato da decisão só tem parentesco com o conceito de pós-Lula na preocupação de assegurar que tudo permaneça como está até 1º de janeiro de 2011. A intenção do pacto pela estabilidade das regras do jogo é cimentar a barreira oposicionista contra um casuísmo destinado a dar ao presidente a espúria possibilidade de se candidatar ao terceiro período no Planalto. Como se sabe o golpe de mão inicial dos continuistas consistia na apresentação de uma emenda constitucional que daria ao chefe do governo a faculdade de convocar plebiscitos – atualmente prerrogativa exclusiva do Congresso. Aprovada a rasteira de estilo “chavista”, Lula chamaria o povo a dizer se o quer lá por mais quatro anos. (...) Por fim, desvinculada de um projeto geral de reforma política, a mudança contra a qual se insurgiram as lideranças da oposição como já haviam feito, justiça se lhes faça, as melhores cabeças do outro lado, seria a consagração do casuísmo. E os casuísmos são letais para a legitimidade das instituições políticas. (*OESP – Contra o casuísmo eleitoral – 17/04/2008*)

Na época as declarações do presidente Lula iam contra qualquer tentativa de um terceiro mandato presidencial, apesar de terem acontecido pequenas mobilizações de parlamentares sobre um possível terceiro mandato. No entanto, o jornal posiciona-se contra qualquer tentativa neste sentido e que denomina de “rasteira estilo chavista” em alusão a então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que permaneceu no poder por vontade popular. O texto demonstra certa insegurança pelas mudanças nas regras do jogo político que pudessem beneficiar o presidente Lula, alguns dos imaginários deste contexto apresentam a ideia de “casuísmo” sobre as mudanças oportunistas de tais regras. A expressão “golpe” sobre a possibilidade de convocação de plebiscitos populares e a expressão “pós-Lula” cunhada pelos políticos da oposição que almejavam ascender ao poder nas próximas eleições.

A *Folha* novamente deu destaque as regras sobre a fidelidade partidária e se posiciona favorável ao sistema distrital misto. Critica ainda a possibilidade de aprovação de uma norma que permite a troca de legenda num tempo mais curto. Segundo o jornal,

A crônica das "reformas políticas" que vêm sendo implantadas de modo assistemático e anômalo no país ganhou mais um capítulo. A previsível reafirmação, pelo Supremo Tribunal Federal, das regras sobre a fidelidade partidária -norma criada pela corte em outubro de 2007 e regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral em seguida- deflagrou uma lamentável reação corporativista no Congresso. Deputados e senadores pretendem aprovar um atalho legal que lhes devolva a faculdade de mudar de partido impunemente. A idéia -que demonstra como parlamentares são inventivos quando se trata de legislar em causa própria- é criar uma "janela" para o troca-troca. Como maio é o mês das noivas e outubro, o das crianças, todo setembro que antecederesse um ano eleitoral seria o mês da infidelidade tolerada na política. (...) A iniciativa está tão eivada de esperteza, no sentido macunaímico do termo, que soa como um

acinte, uma caçoada que ofende não só o público, mas a própria decisão do STF. A corte constitucional decidiu, há mais de um ano, que o mandato dos políticos eleitos no sistema proporcional (deputados e vereadores) pertence ao partido. Mais tarde, o TSE estendeu a possibilidade de perda do cargo a senadores, prefeitos, governadores e presidente que trocassem de legenda. A entrada do Judiciário nessa seara, tipicamente legislativa, decerto não foi o melhor caminho para acabar com a distorção da infidelidade partidária generalizada. [...] (FSP- Resposta mesquinha – 14/08/2008)

Os imaginários empregados para tratar da frequente mudança de partidos apresentam os políticos como “traidores” e “infieis” das siglas, que são utilizadas de forma “tolerada na política” mas que tanto prejudicam a relação de representatividade com os eleitores, tornando frágil esta relação.

Editorial – Contra o casuísmo eleitoral OESP – 17/04/2008	Editorial – Resposta mesquinha FSP – 14/11/2008
Conteúdo: Trata das articulações da oposição para impedir qualquer tentativa de um possível terceiro mandato do presidente Lula	Conteúdo: Aborda a fidelidade partidária e a proposta da Câmara sobre um novo prazo para troca de legendas que seria de 30 dias antes das eleições
Opinião: O jornal se posiciona a favor do grupo oposicionista e contra as mudanças das regras eleitorais para não favorecer “casuísmos”	Opinião: O jornal se posiciona contra esta proposta que burlar mecanismos já anteriormente aprovados no STF. O jornal apoia o sistema distrital misto.
Imaginários: “casuísmo”, “golpe”, “pós-Lula”, estilo “chavista”	Imaginários: “fidelidade partidária”, “infidelidade tolerada na política”, “janela de infidelidade”, “traições partidárias”

Quadro 6 – Editoriais OESP e FSP 2008

No ano de 2009, a ideia de crise moral e de permanente escândalos na política dão o tom dos editoriais. *O Estado de S.Paulo* busca tratar da proposta de reforma eleitoral mencionando itens importantes como o financiamento das campanhas eleitorais e o voto em listas fechadas, todavia, aponta críticas e a dificuldade de aprovação de regras eleitorais:

A sessão permanente de escândalos em que vive o Congresso, imerso numa crise moral como poucas na sua história recente, acaba de produzir o efeito perverso de estigmatizar a iniciativa de levar à ordem do dia uma proposta de reforma eleitoral e do financiamento das campanhas. Compreensivelmente, talvez, dado o profundo descrédito que os parlamentares fizeram por merecer da opinião pública, o projeto tem sido recebido com uma jogada duplamente maliciosa. Serviria,

primeiro para desviar as atenções da rotina de abusos nas duas Casas do Legislativo. Segundo, para acobertar os seus responsáveis. Isso porque, se a mudança passar, o que parece duvidoso, o eleitor deixará de votar em nomes para deputado e vereador, para votar em listas partidárias fechadas; ficaria assim, argumenta-se, impedido de punir nas ruas os políticos que desonram o mandato popular. (FSP – Reforma eleitoral polêmica – 11/05/2009)

O texto menciona ainda a proposta liderada pelo líder na Câmara Michel Temer (PMDB) que propõe lista fechada, financiamento público exclusivo, possibilidade da troca de partidos em anos eleitorais, proibição de coligações em anos eleitorais, altera tempo de distribuição dos horários de propaganda gratuita eleitoral. A crítica do jornal se faz a esta proposta que foi apoiada pelo PT, PC do B, PMDB, DEM e PPS, mas que não tinha consenso com outras siglas. Os imaginários apresentam a reforma política ou uma ideia que se faz dela a partir de insegurança, ineficiente, falha, onde os políticos sempre prevalecem sobre o partido, o que resulta em fisiologismo.

O texto da *Folha* aborda o tema de combate a corrupção e a preparação para a candidatura de Dilma Rousseff para a disputa presidencial de 2010. O jornal afirma que algumas ações do presidente Lula fazem parte de uma estratégia de *marketing* para promover a candidatura de 2010, fortalecer as ações do governo contra a corrupção e retomar o debate sobre a reforma política:

Na semana passada, numa iniciativa puramente propagandística, o presidente enviou ao Congresso um projeto de lei tornando hediondos os crimes de corrupção ativa e passiva, peculato e concussão. Como já observado neste espaço, aumentar a severidade das punições em casos desse tipo não altera em nada o problema que de fato se necessita resolver: o de que haja rápida e concreta aplicação da lei. Acrescenta-se agora, por iniciativa do PT, uma ideia já apresentada em 2007: a de que se realize um plebiscito sobre a convocação de uma Constituinte exclusiva, destinada a promover a reforma política. No cronograma petista, a tese do plebiscito seria votada na mesma convenção partidária que consagrará -pois esta é a vontade de Lula - o nome de Dilma Rousseff como candidata à sucessão presidencial. De um lado -com a tese do "crime hediondo"- cria-se uma bandeira de fácil entendimento popular. De outro, acena-se com um plano supostamente sólido destinado a empreender a reforma política, para consumo de uma plateia mais restrita. O assunto retorna com frequência na retórica lulista, numa formulação inverídica: a de que o Planalto sempre quis promover mudanças no sistema, deparando-se entretanto com o desinteresse do Congresso. O fato é que não houve real empenho, nem da parte do Executivo nem dos partidos que o apoiam, no sentido de tornar a reforma política algo além de uma desconversa, a ser repetida cada vez que se tornavam mais graves as denúncias de irregularidades no governo. (FSP – Cortinas de fumaça – 18/10/2009)

O jornal avalia de forma crítica a inserção na agenda a convocação de uma Constituinte exclusiva para a reforma política, pois, acredita que trata-se apenas de um discurso para promover o combate a corrupção, que se baseia num falso tema de agenda, uma vez que, “não houve real empenho, nem da parte do Executivo nem dos partidos que o apoiam” que se repete a cada nova

denuncia de irregularidade no governo. O imaginário presente é de que o tema da reforma é um assunto sempre retomado como uma forma de remédio “placebo” para questões que não “querem” ser solucionadas.

Editorial – Reforma eleitoral polêmica OESP – 11/05/2009	Editorial – Cortinas de fumaça FSP – 18/10/2009
Conteúdo: aborda a crise e os escândalos relacionando a reforma eleitoral a partir de itens como financiamento das campanhas eleitorais e o voto em listas fechadas.	Conteúdo: trata do tema de combate a corrupção e a preparação para a candidatura de Dilma Rousseff para a disputa presidencial de 2010.
Opinião: crítica a proposta sobre a votação em lista fechada	Opinião: afirma que ações do presidente Lula fazem parte de uma estratégia de marketing para promover a candidatura de 2010 como colocar o tema da reforma política na agenda pública e a convocação da Constituinte exclusiva
Imaginários: “crise moral”, “efeito perverso”, “pantano moral”, “fisiologia campeia”	Imaginários: “retórica lulista”, “desconversa”

Quadro 7 – Editoriais *OESP* e *FSP* 2009

O ano de 2010 foi marcado pela disputa eleitoral, pela iniciativa popular da Lei da Ficha-limpa (Lei complementar nº 135/ 2010), que reuniu cerca de 1,6 milhão de assinaturas que torna inelegível por oito anos um candidato que tiver o mandato cassado, renunciar para evitar a cassação ou for condenado por decisão de órgão colegiado (com mais de um juiz).

O *OESP* abordou a questão das alianças políticas e o poder Executivo na aprovação de valores maiores para as aposentadorias. Para o jornal, a base aliada propôs um aumento bem mais no Congresso, colocando em xeque o presidente:

[...] Os aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o traíram, no Congresso, ao defender com objetivos obviamente eleitorais um aumento bem maior para as aposentadorias do que o proposto pelo governo. A oposição apoio este jogo para ver o presidente em xeque. Ele teria de escolher entre um ato de imprudência fiscal – se as contas dos ministros estivessem certas, e uma decisão politicamente custosa. Vetados os 7,7% perderia vigor também o aumento de 6,14%, eliminado do texto emendado pelos congressistas. Teria sido uma jogada brilhante se a oposição pudesse reivindicar sua autoria. Mas quem pôs em xeque o presidente foi sua base aliada. Esse episódio comprova, mais uma vez, a urgência da reforma política. Governar bem é quase impossível, quando

se dependem de alianças como num sistema partidário como o brasileiro. (*OESP* – O presidente em xequê – 28/05/2010)

Embora a idéia que se faz das coalizões é que elas se formem em torno de uma questão programática onde os partidos discutiriam e acordariam sobre diferentes posições ideológicas, na prática não é isto não acontece, há muita negociação no jogo político. O jornal aponta novamente a necessidade de uma reforma política visando a governabilidade. Vale lembrar que uma aliança eleitoral pode garantir cargos políticos, mas não é suficiente para a sustentação de governos, o que implica numa dinâmica constante que garanta a maioria de votos por prazos duradouros. Os atores políticos estão expostos a um dilema inerente a arena política, ou seja, entre as estratégias eleitorais e as estratégias de manutenção do cargo que se realiza na esfera legislativa.

O imaginário presente remete à “dinâmica” do jogo, em decisões negociadas como num jogo de xadrez. Parece também que o jornal torce pelas jogadas que colocam os atores políticos em uma situação difícil, afirma que trata-se de ações que podem ser sofrer reveses e “traições” se não for bem articulada.

A *Folha de S.Paulo* preferiu dar destaque a Lei da Ficha-limpa e suas possíveis implicações. Para a *Folha*, “o exemplo da “ficha limpa” pode demonstrar que, face às pressões da opinião pública, o interesse corporativo e partidário nem sempre sai vitorioso.” O periódico que sempre menciona em seus editoriais a dificuldade e falta de vontade política nas discussões acerca da reforma aponta para outro item que mereceria destaque nesta discussão: o voto facultativo.

O Legislativo, como é de costume, pouco faz para desemperrá-lo. Como ocorre em outros pontos da reforma política, depende da pressão da sociedade levá-lo adiante - e não dar como perdida qualquer possibilidade de mudança num sistema às voltas com nítida crise em seus mecanismos de representação. (*FSP* – Voto facultativo – 31/05/2010)

A posição da *Folha* sugere que se o voto facultativo tivesse apoio e mobilização popular, talvez fosse aprovado no Congresso, uma vez que, aprovado por meio de um referendo, a população poderia se mobilizar mais no tocante a participação política. Os imaginários presentes no texto dão ênfase à morosidade do sistema, falta de vontade política de um grupo, a quem denomina de “estamento político” que nenhuma mudança realiza.

Editorial – O presidente em xeque OESP – 28/05/2010	Editorial – Voto facultativo FSP – 31/05/2010
Conteúdo: trata da aprovação de maiores valores para a aposentadoria que foram para aprovação no Congresso em que o Executivo e o Legislativo discordavam destes valores.	Conteúdo: menciona a aprovação da Lei da ficha-limpa e sugere que pontos da reforma política poderiam ter apoio e mobilização popular
Opinião: o jornal mostra-se favorável a reforma política por motivos de governabilidade, sobretudo quanto à relação do Executivo com a base aliada	Opinião: observa a aprovação da Lei da ficha-limpa com certa ressalvas, porém, acredita que é positivo a mobilização popular. Sugere o apoio popular ao voto facultativo
Imaginários: “presidente em xeque”, “aliados do presidente Lula o traíram”, “jogada brilhante”,	Imaginários: “pontos da reforma política emperrados”, “corveia burocrática”, “estamento político”

Quadro 8 – Editoriais OESP e FSP 2010

Alguns imaginários recorrentes nos dois jornais sinalizam para um sistema político-partidário ineficiente, com falhas que precisam ser corrigidas por meio de uma reforma política ampla. Os jornais apostaram que parte da causa de todos os problemas estava colocada nas alianças incoerentes e realizadas pela estratégia eleitoral. Os partidos políticos são visto como frágeis e que precisam se fortalecer na legislação para coibir a migração constante de seus políticos. Tanto a *Folha de S. Paulo* como *O Estado de S. Paulo* apostaram no resgate do imaginário político dos partidos políticos como uma instituição frágil, sem poder, transitório no uso dos termos: “troca-troca entre legendas”, “dança das cadeiras”, “vai e vêm entre legendas”, “infidelidade partidária” para abordar um panorama político que se assemelha ao mercado econômico em que se pode comprar, barganhar, vender, trocar. A reforma política aparece como um grande remédio para todas as mazelas apresentadas pelo sistema político muitas vezes chamado de “caótico”.

Olhar para os editoriais a partir da construção do discurso político ali expresso a partir imaginários, nos traz uma quantidade enorme de expressões, imagens, sensações que atravessam o universo da política. Em entrevista à revista *Famecos* (2001) denominada *O imaginário é uma*

realidade, Michel Maffesoli enfatiza que o imaginário atravessaria todos os domínios da vida e concilia o que aparentemente é inconciliável por isso mesmo os campos mais racionais, como as esferas política, ideológica e econômica, seriam recortados pelo imaginário, que tudo contamina. Se pensarmos no tema corrupção, pano de fundo do cenário político nacional, percebemos que trata-se de um assunto amplamente propalado, reforçado pelos editoriais, pela grande imprensa, pela mídia televisiva, e sobretudo, e cristalizado em nosso imaginário.

As conversas cotidianas sobre a política estão permeadas por imagens construídas pelos meios de comunicação. Silva (2006, p:9) afirma que o imaginário é “uma rede etérea e movediça de valores e sensações partilhadas concreta e virtualmente”. Todavia, a partir de nossa análise podemos afirmar que os imaginários são construídos nas formas de abordagem e hierarquização dos assuntos nos meios de comunicação, são carregados de ideologias, e ao serem comentados, discutidos e compartilhados as imagens construídas no discurso político tomam a vida cotidiana alimentando todo um repertório discursivo de linguagens e imagens acerca da política, dos seus atores e instituições.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Fernando. Agendamento da Política. In: ALBINO, Antonio & CANELAS, Rubim. Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: Ed. Unesp, 2004.

CAMPOS, N D. O estilo nos textos. São Paulo, editora Contexto 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Discurso político. São Paulo: Contexto, 2008.

FIORIN, J. L. Comunicação e semiótica in Galaxia. Puc /SP, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MCCOMBS, M. A Teoria da Agenda. A mídia e a opinião pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MAFFESOLI, M. Elogio da razão sensível. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MAFFESOLI, M. O Imaginário é uma realidade (entrevista) . Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 1, n.15, p. 74-82, agosto de 2001.

MELO, Jose Marques de. Jornalismo opinativo. 3ª.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. A opinião no jornalismo brasileiro. Petropolis: Vozes, 1994.

SILVA, J. M. As tecnologias do imaginário . Porto Alegre: Sulina, 2016.